

A DINÂMICA MIGRATÓRIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS

O CASO DOS TRABALHADORES RURAIS MIGRANTES¹

GIOVANA GONÇALVES PEREIRA E ROSANA BAENINGER

RESUMO *Este artigo busca analisar as condições de vida de trabalhadores rurais migrantes da citricultura paulista, discutindo a relação entre as políticas sociais, como o Programa Bolsa-Família (PBF) e o Seguro Desemprego, e as migrações de trabalhadores rurais. Foram empregadas fontes de dados primárias e secundárias que contemplaram a realização da pesquisa de campo, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas nas cidades de Matão/SP e Jaicós/PI, entre 2010 e 2013, bem como a análise da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Como resultados interpretativos considera-se que o Seguro Desemprego e o Programa Bolsa-Família são componentes importantes das estratégias de reprodução e de produção social desses trabalhadores entre os diferentes territórios da migração interna, entre o rural e o urbano.*

PALAVRAS-CHAVE *Migração Interna, Trabalhadores Rurais Migrantes, Políticas Sociais, Agronegócio Citrícola.*

ABSTRACT *This article search analyze of the living conditions of migrants rural workers of citriculture in São Paulo, discussing the relation between social politicts as Program Bolsa-Família (PBF) and Unemployment Insurance. Were employed datas sources primary and secondary including conducting field research, questionnaire application and semi-structured interviews of the Matao cities in São Paulo and Jaicós in the State of Piaui, between 2010 and 2013. Furthermore we analyse the Annual Report of Social Information (RAIS) and the Single Register for Social Programs (CadÚnico). As interpretive results are considered to Unemployment Insurance and “Bolsa Família program” are important components of reproductive strategies and social production of these workers between the different territories of internal migration between rural and urban.*

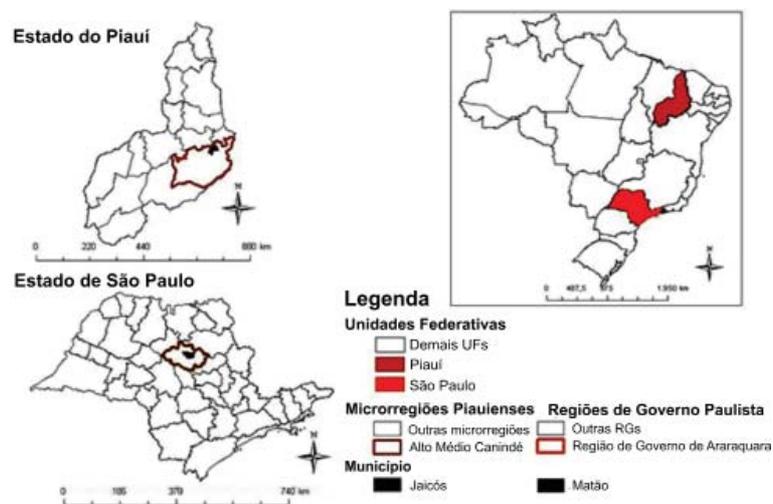
KEYWORDS *Migration, Migrant Rural Workers, Social Politics, Agribusiness Citrus.*

¹ Este artigo corresponde a uma versão revisada do trabalho “A dinâmica migratória interna e as políticas sociais: O caso dos trabalhadores rurais migrantes” apresentada no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais em outubro de 2016 em parceria a Dra. Lidiane Maria Maciel (IFCH-UNICAMP).

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho almeja discutir as potenciais interfaces entre os programas sociais, como o Programa Bolsa-Família (PBF) e o Seguro-Desemprego, e as migrações internas vinculadas ao agronegócio citrícola. Para tanto, nos focalizamos em um estudo de caso realizado no período de agosto de 2010 a dezembro de 2013, nos municípios de Matão, pertencente à Região de Governo de Araraquara do Estado de São Paulo, e de Jaicós, integrante da Região do Alto Médio Canindé do Estado do Piauí (Figura 1).

Figura 1 – Localização dos municípios analisados em suas respectivas Unidades Federativas, por Região de Governo e Microrregião, e em relação ao Brasil, 2010.



Fonte: Malhas Digitais (FIBGE, 2010).

As reflexões teórico-metodológicas foram balizadas por conceitos que visaram o entendimento e a reconstrução da conjuntura, da modalidade migratória, do espaço migratório e da população que compõem o fenômeno social analisado.

Nesse sentido, nos propusemos a pensar a rotatividade migratória (BAENINGER, 2011 e 2012) como pano de fundo e processo característico do capitalismo do século 21 ao congregar a convivência de distintos momentos e trajetórias dos movimentos migratórios em um mesmo tempo e em uma mesma localidade. Desse modo, para Baeninger (2012), a rotatividade da mão de obra congrega-se à coexistência dos processos de emigração e de imigração característicos da inserção dos segmentos econômicos regionais na economia internacional, de forma que tais áreas se tornam mais propensas à rotatividade de suas populações, graças à fluidez da mão de obra, em distintos territórios da migração (MACIEL, 2016).

No que se refere aos fluxos migratórios vinculados ao agronegócio, como apontam os trabalhos de Elias (2011) e Gras e Hernández (2013), ocorre uma divisão e a segregação entre o trabalho físico de trabalhadores rurais migrantes e dos operadores de máquinas agrícolas, e o trabalho intelectual representado pelos empresários, gerenciadores de rede, agrônomos e engenheiros. Em nosso caso, buscamos compreender quais são os desdobramentos das idas e vindas de trabalhadores rurais migrantes do nordeste brasileiro para a colheita da laranja no interior paulista.

Assim, a modalidade migratória (BAENINGER, 2011; 2012) analisada relaciona-se à migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999), traduzida pela circulação de indivíduos entre diferentes espaços da migração, bem como, pelo compartilhamento de suas trajetórias laborais que congregam a alternância entre empregos rurais e *rurbanos* (SILVA, 2008a e 2008b; MACIEL e BAENINGER, 2011). Simultaneamente, observou-se a configuração da migração como parte constituinte da teia de relações sociais desses trabalhadores (PEREIRA, 2015).

Ademais, as relações estabelecidas entre as comunidades rurais e os bairros rurais do semi-árido piauiense, bem como, dentre as cidades do agronegócio e as cidades-dormitório do interior paulista são redesenhadas vis-à-vis à dinâmica

estabelecida entre esferas locais e globais (SANTOS, 2012; ELIAS, 2011). As cidades do agronegócio se constituem a partir de espaços urbanos privilegiados (SASSEN, 1994) beneficiados, no caso de São Paulo, pela expansão da economia cafeeira no século 19 (PACHECO, 1988; CANO, 1986), pelos desdobramentos do Próalcool e pela modernização agropecuária do século 20 (SILVA, 1999; WANDERLEY, 2011), e, de mesmo modo, pela intensificação da internacionalização econômica do século 21 (SILVA, 2003). Os espaços urbanos, intra-urbanos (VILLAÇA, 2012) e rurais dessas localidades, bem como a rede urbana, se transformam e se re-funcionalizam pelo intermédio dos interesses de grandes corporações (CÔRREA, 2006), assim como a urbanização e o crescimento populacional e econômico dos municípios. Por fim, compreendendo os trabalhadores rurais migrantes como categoria analítica operacional, objetivamos na próxima seção a discussão e a interlocução dos conceitos frente às variáveis e fontes de dados utilizadas.

2. MATERIAIS E METODOLOGIA DA PESQUISA

A combinação de análises provenientes de fontes de dados primárias e secundárias viabilizou a apreensão do fenômeno social de interesse de forma dinâmica e articulada. Assim, a escolha das fontes de dados foi delineada através das possíveis interseções com os conceitos teórico-metodológicos empregados.

Nossa pesquisa foi balizada, essencialmente, pela observação direta e combinada à aplicação de questionários e à realização de entrevistas emiestruturadas com agentes institucionais do poder público municipal e de organizações da sociedade civil, assim como, com trabalhadores rurais migrantes nos municípios de Matão, no Estado de São Paulo, e nas cidades de Jaicós e Picos, no Piauí.

De forma concomitante, a análise dos registros administrativos referentes à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e ao Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) contribuiu para o levantamento de informações socioeconômicas acerca da mão de obra formal empregada na citricultura paulista, assim como para o mapeamento das residências e a caracterização dos trabalhadores rurais migrantes presentes na cidade do agronegócio citrícola (PEREIRA, 2015).

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – Vínculos) se apresenta como um registro administrativo e tem como unidade de análise o vínculo empregatício, o qual pode ser um evento renovável ou reversível, e que se configura como estatística de fluxo (HARKKET, 1996). As análises foram pautadas pelo filtro dos Vínculos Empregatícios Ativos em 31/12/2012, com o intuito de evitar a super enumeração. Entretanto, estamos cientes das eventuais perdas de volume, por estarmos lidando com vínculos empregatícios temporários de alta rotatividade².

Utilizamos a categoria prevista na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002, dos Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura, que abarca os trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, no cultivo de espécies frutíferas rasteiras e de trepadeiras frutíferas como *proxy* dos trabalhadores rurais migrantes da colheita da laranja.

Já o Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), criado em 2001, se apresenta como instrumento de identificação dos beneficiários de baixa renda dos programas do governo federal. Com a criação e a aplicação do Programa Bolsa-Família no território brasileiro, o CadÚnico se tornou a principal base de dados para identificação e seleção das famílias beneficiadas pelo programa. A gestão desse cadastro ocorre, de acordo com Currálero (2012), de forma descentralizada por meio da atuação dos municípios sob a coordenação do órgão gestor no nível federal, no caso, a Secretária Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

²A volatilidade dessa mão de obra está sujeita às influências da demanda de produção ocasionadas por alterações climáticas, pelos ajustes nos preços das caixas e pelas oscilações do mercado internacional de citrus (ELIAS, 2003; NEVES et al, 2010).

Essa base se define como uma estatística de estoque, visto que permite a desagregação das informações por distribuição territorial, composição por sexo e faixa etária, e, por características socioeconômicas (HARKKET, 1996) das famílias e indivíduos beneficiados. A unidade de numeração do CadÚnico é a unidade familiar, traduzida pelo *código do domicílio*, o qual vincula o número de identificação social (NIS) de cada integrante da família³.

³ A concepção de família apresentada é “a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio” (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais – Versão 07, 2013).

⁴ Em 2012, a Prefeitura de Matão contava com 1.466 famílias cadastradas. A seleção das famílias para a composição do banco de dados do estudo teve como base o local de nascimento dos beneficiários – foram privilegiadas as famílias que possuíam pelo menos um membro natural das cidades de Jaicós/PI, Picos/PI ou Igaci/AL. A escolha desses municípios como critério de distinção perante as demais famílias cadastradas ocorreu em razão de indicações institucionais captadas no pré-campo realizado na cidade de Matão/SP no segundo semestre de 2010.

Nesta pesquisa, a coleta dos dados referentes ao CadÚnico na Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social (SABES) da Prefeitura Municipal de Matão/SP ocorreu no ano de 2011 (PEREIRA, 2015). Contamos com a amostragem intencional de 619 pessoas cadastradas que totalizaram 177 unidades familiares⁴. Com o intuito de sistematização do banco de dados, de maneira a contemplar os objetivos iniciais da pesquisa – ou seja, a caracterização da população migrante da cidade que se assalaria, majoritariamente, na colheita da laranja –, foram as variáveis que nos permitiam a caracterização socioeconômica individual (sexo, idade, raça/cor, cidade natal, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, ocupação, dentre outras), familiar (relações de parentesco na unidade doméstica) e da unidade doméstica (endereço aproximado, valor do aluguel, cômodos, etc).

O CadÚnico caracterizou-se como uma importante fonte de dados para o mapeamento das unidades domiciliares dos trabalhadores rurais migrantes e de mesma forma para o direcionamento das pesquisas de campo no interior piauiense e na Região de Governo de Araraquara.

A concentração da população migrante alocada na colheita da laranja em bairros constituídos em meados da década de 1980, no contexto de expansão urbana do município paulista, foi historicamente articulada a partir de parcerias público-privadas que aliaram interesses da prefeitura municipal e da indústria processadora de suco concentrado de laranja, a Citrosuco Paulista.

Em somatória, a divisão do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2011) alia-se à convivência de distintos processos migratórios entrelaçados à constituição de uma elite agrária (ELIAS, 2003) formada por industriais descendentes de imigrantes europeus e de uma classe trabalhadora de origem dos Estados de Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Alagoas e Pernambuco (BAENINGER, 1995; PEREIRA, 2015). Dito isso, discorreremos no próximo item acerca da metodologia empregada no plano qualitativo para o estudo das trajetórias migratórias.

2.1 QUALIFICANDO AS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS: ENTRE O PIAUÍ E SÃO PAULO

Em um primeiro momento, trabalhamos com o questionário do *Projeto Observatório das Migrações em São Paulo*⁵, obtendo com ele informações qualitativas. O primeiro bloco de questões reunia informações acerca das unidades domésticas dos trabalhadores rurais migrantes e seus moradores (habituais; não habituais e ausentes, assim como, as relações com o chefe da residência).

Assim, almejávamos articular informações sobre as relações presentes no âmbito intra-familiar, acerca da condição de permanência dos moradores, do local de moradia na data de referência para o caso dos não habituais e ausentes, o sexo, a idade, o estado conjugal, a religião, os anos de estudo, o padrão de autodeclaração de cor e raça, bem como, a formação profissional de cada indivíduo. O segundo módulo, por sua vez, sinalizava o local de nascimento por status do domicílio (rural ou urbana), município e UF. Retomavam-se as informações acerca de escolaridade, ocupação principal declarada, ramo do setor econômico, de acordo com as categorias dispostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e, finalmente, acerca da formalidade do trabalho.

O questionário nos apresentou, nesse sentido, um conjunto de pontos sobre o processo migratório, tais como: a localidade

⁵ Período de junho de 2012 a abril de 2013. Entrevistas realizadas nas cidades de São Carlos/SP, Matão/SP, Dobrada/SP, Picos/PI e Jaicós/PI com a participação das pesquisadoras Giovana Gonçalves Pereira e Lidianie Maciel.

ou município de residência, o estado e o país (considerando que tal instrumento foi aplicado ao âmbito das pesquisas do grupo maior) e se a área era rural ou urbana. No que se refere à mobilidade populacional, as trajetórias migratórias foram reconstruídas a partir das trajetórias laborais (SÁNCHEZ, 2012), contemplando dados de mês e ano de chegada e partida de cada localidade, a atividade principal e o setor econômico correspondente, e a condição de carteira de trabalho assinada ou não.

Por fim, o questionário ainda se dedicou a duas questões abertas de ordem qualitativa: a primeira sobre as expectativas de permanência ao chegar ao Estado de São Paulo e a segunda que interrogava os trabalhadores rurais migrantes sobre as motivações para a saída do local de residência anterior. Nessa etapa, os entrevistados indicaram livremente as motivações que desencadearam a migração, tais como: “estava desempregado”; “estava insatisfeito no trabalho”; “desejo de juntar dinheiro para voltar à minha terra”; “a vinda de amigos e familiares antes de mim”.

Como complementaridade à primeira etapa da pesquisa, realizamos as entrevistas semiestruturadas, em Jaicós/PI e Matão/SP, nas quais os entrevistados foram indagados sobre suas trajetórias migratórias e laborais através da recuperação das distintas etapas de suas migrações “permanentemente” temporárias (SILVA, 2008a). Por meio da abordagem qualitativa tivemos acesso aos usos estratégicos feitos por trabalhadores rurais migrantes perante os recursos provenientes do Programa Bolsa Família e do Seguro-Desemprego.

3. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE: CONTRABALANÇANDO POLÍTICAS SOCIAIS E MIGRAÇÃO “PERMANENTEMENTE” TEMPORÁRIA

As modificações sociais, demográficas e econômicas gestadas nos anos finais da década de 1990, ao dialogarem

sincronicamente com espaços locais inseridos na lógica do processo globalizado de produção (SANTOS, 2012), tornaram-se imprescindíveis para a percepção das migrações contempo-râneas em decorrência da dinâmica estabelecida entre as esferas locais, regionais e globais (BAENINGER, 2012). Nesse sentido, podemos afirmar a existência de um encadeamento entre as migrações internas e internacionais e a mobilidade da força de trabalho (BÁLAN, 1979).

Ao que concerne aos trabalhadores rurais migrantes, foco desta investigação científica, segundo Silva (2008a), a intensificação do ritmo de trabalho no campo a partir dos anos finais da década de 1990 culminou na inserção dos estados do Meio Norte (Maranhão e Piauí) como locais de origem prioritários dos colhedores de laranja e cortadores de cana, em razão da necessidade de reposição rápida de mão de obra pelo desgaste ocasionado pelo intenso ritmo de trabalho no campo. Esse cenário corroborou para o aumento da seletividade migratória, bem como, para a especialização e a qualificação física e psicossocial desses trabalhadores (MELLO, 1976; SILVA e MELO, 2011).

Conjuntamente, inserir-se no mercado de trabalho formal do Estado de São Paulo é considerado pela população do município de Jaicós/PI como um evento pontual que modifica o status dos sujeitos sociais nesse município. Tornar-se um trabalhador formal significa acessar direitos sociais anteriormente negados a essa população (MACIEL, 2016). Nesse rol, o acesso ao seguro-desemprego é amplamente valorizado pelos moradores das comunidades e bairros rurais da cidade jaicoense.

O seguro-desemprego é um direito adquirido pelo trabalhador e assegurado pelo governo federal pelo Art. nº 7 dos Direitos Sociais previstos pela Constituição federal de 1988, sendo criado em 1986, pelo Decreto de Lei nº 2.284. Ele assegura assistência financeira ao trabalhador demitido sem justa causa por um período de tempo pré-determinado; assim configura-se

como uma assistência temporária e seu pagamento é suspenso em caso de nova admissão durante o período segurado. O objetivo central do programa é garantir que o desempregado supra suas demandas mais essenciais durante a busca por realocação no mercado de trabalho. De acordo com os dados oficiais do Ministério do Trabalho, as parcelas se dividem da seguinte maneira:

1. Três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício de no mínimo seis meses e no máximo 11 meses, nos últimos 36 meses;
 2. Quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício de no mínimo 12 meses e no máximo 23 meses, nos últimos 36 meses;
 3. Cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício de no mínimo 24 meses, nos últimos 36 meses.
4. Período aquisitivo é o limite de tempo que estabelece a carência para recebimento do benefício. Assim, a partir da data da última dispensa que habilitar o trabalhador a receber o Seguro-Desemprego, deve-se contar os 16 meses que compõem o período aquisitivo⁶.

⁶ Fonte: <http://www.mtps.gov.br/seguro-desemprego/modalidades/seguro-desemprego-formal>; e http://www3.mte.gov.br/casa_japao/seguro_historico.pdf.

A tendência de formalização dos vínculos dos trabalhadores rurais migrantes contratados pelas usinas de açúcar e álcool e pelas indústrias processadoras de suco de laranja intensificou-se nos anos 2000 em decorrência de uma série de denúncias, acerca das condições de vida e de trabalho desses indivíduos, realizadas por expoentes da sociedade civil como o Serviço Pastoral dos Migrantes, das instituições acadêmicas e universitárias e pela ampliação da atuação e do rigor do Ministério do Trabalho (MACIEL, 2013)⁷. Os antigos trabalhadores boias-frias ou volantes (MELLO, 1976; STOLCKE, 1986) passaram, assim, a serem contratados cada vez mais via processos de formalização.

⁷ Ver: Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

Na colheita da laranja, o trabalho passou a ser regido e formalizado pela Lei nº 5.889/73 sancionada em 1973 substi-

tuindo o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Essa lei foi criada com o intuito de equiparar os direitos dos trabalhadores rurais aos dos urbanos. De acordo com Stolcke (1986, p. 233),

as diferenças eram sutis em relação ao Estatuto do Trabalhador Rural (1963), em seu Artigo 2, a nova lei determinava que: empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

No que se refere aos trabalhadores rurais migrantes, de acordo com o trabalho de campo realizado em Jaicós/PI, a conquista da carteira assinada e conseqüentemente a garantia de horas de trabalho pré-determinadas, do descanso remunerado, do recebimento do salário, bem como das formalizações derivadas da condição de trabalhador registrado, concretizaram uma série de discursos que exaltam a positividade do trabalho rural safrista frente ao mercado de trabalho informal.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais, no período de 2002 a 2012, em média 62% dos vínculos trabalhistas gerados no município de Jaicós/PI eram pertencentes aos cargos da administração pública. Em 2010, o número de vínculos ativos era de 581, enquanto a população do município em idade ativa nesse mesmo período era de 10.767 habitantes (FIBGE, 2010). Observamos assim que o acesso ao mercado de trabalho formal no município ainda é restrito e configura-se, não obstante, como demonstra o trabalho de Barone (2010), como forma de dominação tradicional pela prática de troca de votos e da permanência do clientelismo e da patronagem. Portanto, a procura de emprego em espaços interestaduais, especialmente aos vinculados à safra da laranja no Estado de São Paulo, se popularizou na década de 2000 (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016).

Em mesmo sentido, a possibilidade da primeira inserção no mercado de trabalho formal e de ter uma carteira de trabalho assinada apresentava-se para população de Jaicós como possibilidade de retirar-se de esquemas de dominação tradicional e refletir sobre outras estratégias de sobrevivência local (MACIEL, 2016).

Cabe o destaque de que o Seguro Desemprego era adquirido na conjuntura de alta rotatividade propiciada pelo mercado de trabalho de cítricos (NEVES et al, 2010). A tabela abaixo apresenta essa condição para as principais mesoregiões produtoras de citros:

Tabela 1 – Movimentações de trabalhadores agrícolas na fruticultura por mesoregiões (2012).

Mesoregiões brasileiras	Admitidos	Desligados	Saldo
Ribeirão Preto	21866	-20453	1413
Nordeste Rio- grandense	18736	-17107	1629
Araraquara	14288	-15848	-1560
Bauru	9739	-10821	-1082
Demais mesoregiões	75123	-78810	-3687
Total	139752	-143039	-3287

Fonte: Base de dados do CAGED, 2012.

Como nos mostram trabalhos anteriores (MACIEL, 2013; 2016; PEREIRA, 2015), a contratação para a colheita da laranja é realizada, majoritariamente, nos meses de junho e julho e o desligamento entre dezembro e março (Tabela 2). O planejamento dos deslocamentos de jaicoenses para Matão efetiva-se a partir dos meses de contratação e demissão, assim,

as famílias dos trabalhadores rurais migrantes se organizam para as atividades cotidianas do plantio do roçado, por exemplo, antes dos meses de safra.

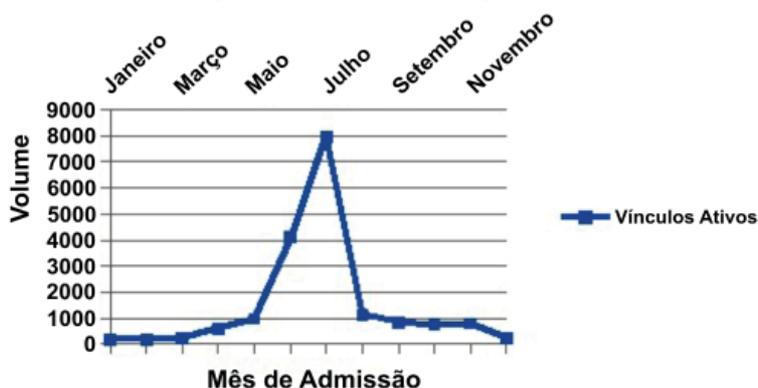
A Tabela 2 mostra que os meses de mais contratações são os vinculados ao início da colheita: junho, julho e agosto, conforme observamos também pelo Gráfico 1. Em somatória, observamos que no mês de julho ocorre uma movimentação semanal de ônibus particulares conhecidos popularmente pelos trabalhadores rurais migrantes como “clandestinos” entre as cidades de Jaicós/PI e Matão/SP.

Tabela 2 – Admissões de trabalhadores agrícolas na fruticultura em 20102 (Região Central).

Mês de Admissão	Número de Admissões
Janeiro	187
Fevereiro	179
Março	244
Abril	599
Maiο	980
Junho	4120
Julho	7957
Agosto	1143
Setembro	838
Outubro	768
Novembro	803
Dezembro	239
Não admitido ano	10.801
Total	28.858

Fonte: Base de dados da RAIS, 2012.

Gráfico 1 – Vínculos ativos dos trabalhadores agrícolas na fruticultura na Região Central, em 2012, por mês de admissão.



Fonte: Base de dados da RAIS, 2012.

Constatamos, então, que a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho formal tende a se tornar um atrativo em decorrência do acesso ao seguro-desemprego, o qual passa a figurar como parte das estratégias de reprodução social (MENEZES, 2010; PEREIRA, 2015) ou produção de novas espacialidades (MACIEL, 2016) no período entressafra. Pelo fato, entre outros, de que a organização da dinâmica intra-familiar entre aqueles que ficam e os que se ausentarão fisicamente (MENEZES, 2010; SILVA, 2006; SILVA, 2008a; 2008b) é mediada pela obtenção desse benefício social, visto que ele promove a reorganização do tempo de estadia no local de destino.

Em mesma perspectiva trataremos acerca do Programa Bolsa-Família e suas intersecções com as estratégias de produção e reprodução dos trabalhadores rurais migrantes.

A partir da década de 1990, as políticas de combate à pobreza começaram a figurar na agenda política brasileira, objetivando tanto a erradicação da pobreza quanto a redução das desigualdades sociais e regionais (QUEIROZ et al, 2010). Currelero (2012) destaca que, nesse contexto, os programas de transferência de renda começaram a ganhar força, culminando

em um modelo de desenvolvimento centralizado em ações voltadas à promoção da segurança alimentar e de combate à fome e à pobreza.

O Programa Bolsa-Família (PBF), segundo a autora (CURRALERO, 2012), inicialmente era integrante do Programa Fome Zero que possuía como intuito o combate à insegurança alimentar condicionada à pobreza e conseqüentemente às altas taxas dos preços de alimentos e à ausência de renda. A criação do Bolsa-Família unificou, de acordo com Silva (2009), diversos programas de transferência de renda do governo federal vinculados à educação e à saúde. Nesse contexto, Queiroz et al. (2010) pontuam que foram unificados programas remanescentes como o Auxílio Gás (2001), Bolsa Escola (2001), Bolsa Alimentação (2001) e Cartão Alimentação (2003), todos reconduzidos ao Programa Bolsa-Família.

Esse programa focaliza seu atendimento às famílias que possuem renda mensal per capita de até R\$ 140,00, sendo imprescindível o cadastro da unidade familiar na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CURRALERO, 2012).

Assim sendo, Queiroz et al. (2010) apontam que o público alvo do benefício são as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e de pobreza. As faixas de renda monetária utilizadas como padrões variaram ao longo dos anos em razão de ajustes baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Atualmente, para uma família ser enquadrada no limite de extrema pobreza, ela deve apresentar uma renda mensal per capita de até R\$ 77, enquanto que o limite de pobreza é da ordem de R\$ 154 per capita. Existem quatro tipos de benefícios: **a.** benefício básico de R\$77, concedido às famílias com renda mensal de até R\$77 por pessoa, mesmo sem apresentarem crianças, adolescentes ou jovens; **b.** benefício variável de R\$ 35, direcionado às famílias que possuam renda mensal de até R\$ 154 por pessoa, com a condição de que tenha crianças e/ou

⁸ Para maiores informações, consulte o site do Ministério de Desenvolvimento Social ([HTTP://WWW.MDS.GOV.BR/BOLSAFAMILIA/BENEFICIOS](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios)).

adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrisses; **c.** benefício variável para jovens de R\$ 42, pago para as famílias que tenham adolescentes de 16 ou 17 anos que frequentem escola; **d.** benefício para superação da extrema pobreza direcionado às famílias que mesmo após o recebimento de outros benefícios permanecem em condição de extrema pobreza e tem seu valor calculado caso a caso⁸.

As famílias que são beneficiadas pelo programa estão sujeitas ao cumprimento de condicionalidades na área da saúde e da educação. No caso da saúde, as famílias devem assumir o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças até sete anos de idade. Já as mulheres de 14 a 44 anos devem ser acompanhadas e, sendo gestantes ou lactantes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de seu quadro de saúde e do bebê.

Na área da educação, as famílias se comprometem a obter uma frequência escolar mensal de no mínimo 85% da carga horária de todos os componentes da unidade familiar dos 5 aos 15 anos de idade. Enquanto, os estudantes de 16 e 17 anos devem apresentar uma frequência escolar mensal mínima de 75%.

Segundo Ferreira (2007, p. 716), “a meta do Bolsa Família é aliviar a pobreza, embora mantendo o compromisso de facilitar o acesso aos serviços de educação e saúde”. As condicionalidades permitiriam, então, a interrupção do ciclo familiar da pobreza, particularmente por visar a garantia de condições mínimas de acesso igualitário aos serviços básicos.

⁹ De acordo com Silva (2009), as principais e mais comuns críticas aos programas de transferência de renda se centralizam na aplicação de uma ideologia abstrata do trabalho e a vinculação do programa a um presidente ou ao seu partido político, possibilitando que o programa seja considerado eleitoreiro.

Queiroz et al. (2010) destacam que, apesar das críticas⁹, as políticas de combate à pobreza mediante a concessão de renda possibilitaram, em conjunto, a estabilização econômica, o aumento real do salário mínimo e o declínio dos juros a partir de 2004 – uma redução da pobreza no Brasil. Ademais, temos que, além das condicionalidades, existem programas complementares que articulados com outras políticas públicas permitem o desenvolvimento de capacidades das famílias beneficiárias (CURRALERO, 2012; REGO e PINZANI, 2014).

A inscrição das famílias beneficiadas no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) é obrigatório para a seleção de beneficiários dos programas sociais federais, como o Bolsa-Família. A partir de um sistema informatizado, o governo federal consegue, em conjunto com as prefeituras municipais, consolidar os dados coletados no CadÚnico. Esse banco de dados permite o conhecimento da realidade socioeconômica das famílias ao trazer as informações de todos os componentes do núcleo familiar, das características do domicílio, e informações sobre o acesso aos serviços públicos básicos.

A base de dados do CadÚnico apresentou-se como um instrumento de pesquisa imprescindível, tanto para o apontamento de possíveis desdobramentos da pesquisa de campo, quanto para a construção de hipóteses norteadoras deste estudo. As informações captadas a partir dessa base permitiram a caracterização de algumas famílias envolvidas diretamente no processo migratório de interesse, tornando também possível a construção de inferências preliminares sobre a distribuição espacial e condições socioeconômicas dessa população (PEREIRA, 2015).

Em 2011, no período de construção do banco de dados do CadÚnico de Matão/SP, observamos na Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social uma rotina semanal de transferência de cadastrados do Estado do Piauí para o município paulista.

As informações provenientes do CadÚnico totalizam 619 pessoas, das quais 51,70% (320) são mulheres e 48,3% (299) homens. Desses, mais da metade é declarada como parda, procedida da cor branca (vide Tabela 3). Ao analisarmos a pirâmide etária (Figura 02) dessa população, observamos que os beneficiários selecionados compõem uma estrutura etária jovem, concentrada, no caso da população feminina, entre os grupos etários de 0 a 9 anos e 24 a 29 anos. Em relação à população masculina, concentra-se nas faixas etárias de 0 a 14 anos e de 25 a 34 anos. Nesse âmbito, podemos inferir

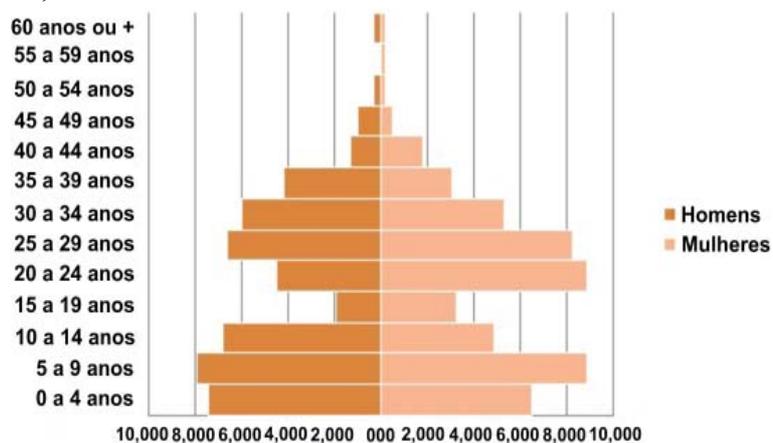
que a política de transferência de renda direcionada à população de estudo centraliza-se potencialmente na população parda e focalizada nas jovens famílias.

Tabela 3 – Cor/Raça da População Seleccionada, 2011.

Cor/Raça	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Branca	137	22,13%
Pardos	389	62,84%
Pretos	70	11,31%
Não declarado	5	0,81%
Sem informação	18	2,91%
Total	619	100,00%

Fonte: Tabulações especiais. CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp).

Figura 02 – Estrutura etária da população selecionada, Matão/SP, 2011.



Fonte: Tabulações especiais. CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp).

No campo profissional, como se constata na Tabela 4, as categorias de profissões declaradas à época da pesquisa concentravam-se, particularmente, na ocupação de Trabalhador Agrícola Polivalente (45,71%). Sendo equivalente, segundo a Classificação de Categorias Ocupacionais do Ministério do Trabalho (CBO 2002), aos Trabalhadores de Apoio a Agricultura, mais especificamente ao grupo de trabalhadores volantes.

A população selecionada era empregada pelas empresas do município, como: Grupo Fischer, Marchesan, Cambuhy Citrus, e Usina Colombo. Os demais se distribuíam de forma pouco expressiva em categorias referentes ao mercado de trabalho urbano. Cabe o destaque de que 44,32% não exerciam atividade remunerada.

Tabela 4 – Profissão da população selecionada de 15 anos ou mais.

Profissão	Números absolutos	Distribuição relativa (%)
Não exerce atividade remunerada	160	44,32
Trabalhador agrícola polivalente	165	45,71
Empregado do comércio	2	0,55
Lixeiro	2	0,55
Tratorista da empresa	1	0,28
Faxineiro (a)	3	0,83
Aposentado	2	0,55
Motorista de caminhão	1	0,28
Assalariado sem registro	3	0,83
Servente de obras	2	0,55
Auxiliar de almoxarifado	1	0,28
Assalariado com registro	2	0,55
Ajudante de motorista	1	0,28
Outra	1	0,28
Sem informação	15	4,16
Total	361	100,00

Fonte: Tabulações especiais. CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp).

A escolaridade dos responsáveis pela família, ou seja, os beneficiários nominais do Programa Bolsa-Família se apresentou, majoritariamente, o ensino fundamental incompleto (75,14%) – 1º ano ao 9º ano –, sendo procedidos pelos analfabetos (11,30%). No caso, os beneficiários nominais eram 25 homens e 125 mulheres – a predominância de mulheres se refere à orientação de se emitir o benefício no nome das mães de família¹⁰.

¹⁰ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais – Versão 07, 2013.

Conjuntamente, o estudo desenvolvido por Rego e Pinzani (2014) demonstra como a gestão do dinheiro recebido perpassa a percepção dos papéis de gênero por parte das beneficiárias, de forma que a distribuição e a operacionalização visam o bem-estar da família, quando realizadas por mulheres.

Silva (2011), por sua vez, aponta uma relação entre a emancipação do usuário do Programa Bolsa-Família e sua entrada no mercado de trabalho, seja pela efetivação do vínculo empregatício, seja pela inserção em atividades relacionadas ao mercado de trabalho informal como o comércio ambulante, o artesanato, ou a pequena produção agrícola. O cenário observado em nossa pesquisa aponta, conquanto, para a combinação de estratégias entre as atividades autônomas informais e a inserção no mercado de trabalho formal safrista.

No que se refere à família, podemos visualizar a partir da Tabela 5 a existência dos vínculos entre os componentes da unidade familiar em relação ao beneficiário nominal. Percebemos que a maior parte dos vínculos se centraliza na relação entre responsável pela família e filho(a), contudo, ainda devemos ressaltar a presença significativa de companheiros e esposos. Destacaram-se as uniões consensuais que representam 13,89%, enquanto as uniões civis representam 8,89%. Já as unidades familiares que contêm outros parentes são pouco expressivas. Devemos, entretanto, ponderar que, como cada unidade familiar se relaciona a um código de domicílio, podem ocorrer casos de famílias conviventes.

Tabela 5 – Vínculos de parentesco declarados pelo beneficiário nominal, 2011.

Vínculo	Número absoluto	Distribuição relativa (%)
Responsável pela família	177	28,59
Esposo (a)	55	8,89
Companheiro (a)	86	13,89
Filho (a)	289	46,69
Pai ou Mãe	1	0,16
Irmão (ã)	3	0,48
Primo (a)	2	0,32
Genro/Nora	1	0,16
Neto (a)	1	0,16
Enteado	3	0,48
Outro	1	0,16
Total	619	100,00

Fonte: Tabulações especiais. CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp).

Ademais, temos que acesso a bens de consumo por meio da transferência de renda proporcionada pelo Programa Bolsa-Família propiciou a modificação, como nos aponta o trabalho de Rego e Pinzani (2014), das residências e da dieta alimentar da população residente no interior dos estados do Piauí, Maranhão, Alagoas e do Vale do Jequitinhonha.

Simultaneamente, em sincronia ao nosso trabalho de campo realizado no interior do Piauí, Rego e Pinanzi (2014) nos mostram que possuir uma renda monetária garantida por um direito social proporciona novas formas de circulação social. Pretendemos, nessa perspectiva, analisar os discursos obtidos em campo com o intuito de incitarmos novos olhares

e reflexões para as estratégias adotadas pelos trabalhadores rurais migrantes frente à obtenção de renda via políticas sociais.

O trabalho rural safrista e formal no interior de São Paulo, conforme já debatido em outros estudos (SILVA, 1999, 2008a, 2008b; MENEZES, 2010; 2012; MACIEL, 2013, 2016; PEREIRA, 2015), funciona como parte das estratégias de reprodução familiar (MENEZES, 2010) não somente pela renda provinda da colheita da laranja, mas também vistas as potencialidades fornecidas pelo acesso aos serviços públicos do município de Matão/SP, tais como escolas, postos de saúde, dentre outros. De mesmo modo, em decorrência da maior participação de mulheres na colheita da laranja, a migração familiar propicia tanto o fortalecimento dos papéis de gênero frente às tarefas domésticas (PEREIRA, 2015) quanto à possibilidade de aumento dos ganhos no final da safra.

Enquanto que o Seguro Desemprego garante a sobrevivência dessa população no período entressafra tanto em Jaicós/PI quanto em Matão/SP e permite, ao mesmo tempo, o acesso aos bens de consumo como motocicletas, carros, eletroeletrônicos e eletrodomésticos reforçando os marcadores sociais da migração (SILVA, 2008b). O Bolsa-Família, denominado inúmeras vezes como “o cartão das crianças” ou “cartãozinho”, viabiliza tanto a manutenção dos filhos deixados sob o cuidado das avós e irmãs mais velhas em Jaicós/PI, quanto garante o acesso à escola e aos serviços de saúde das crianças e jovens em Matão/SP. Como podemos perceber no excerto da fala de Marilene, ex-colhedora de laranjas:

Entrevistadora: Ele (em referência à criança ao lado no dia da entrevista) possui o bolsa família?

Marilene: Sim, mas como minha mãe sempre cuidou muito dele, deixo o cartãozinho com ela. Ela ajudou muito na criação dele; é uma maneira hoje de eu retribuir. E ele conseguiu o benefício por causa dela [entrevista realizada no mês de dezembro de 2013, em Jaicós/PI].

Notamos, portanto, uma importante articulação entre a rede de cuidados das crianças e a posse e o gerenciamento do benefício no momento da migração para São Paulo. Os circuitos de informação que integram a rede de relações desses trabalhadores são também percebidos pelos agentes institucionais envolvidos pela rede. Como podemos perceber pela fala da coordenadora do Programa Bolsa-Família (gestão 2009-2012) quando explicava sobre a constante transferência de benefícios para a cidade paulista:

(...) eles já vêm do Piauí pra nosso município, Matão, orientados a nos procurar com a transferência do cadastro. Então há sim, entre as próprias famílias migrantes há envolvimento, o endereço correto, quem é a pessoa, qual é assim, os procedimentos que ela deve tomar pra que continue no recebimento do Programa Bolsa Família. Entre eles, há sim essa preocupação, quanto aos procedimentos corretos que a família deve tomar e aonde realmente, quem é a pessoa que ela deve procurar [entrevista realizada em abril de 2010].

Afere-se assim que a rede de relações desses indivíduos perpassa os universos domésticos e públicos. Desse modo, comporta a reorganização de papéis entre os que vão e os que ficam, pois sendo o retorno já previsto desde o momento da partida, a manutenção do lar no local de origem é imprescindível (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016).

Em mesma medida, dada a centralidade do Bolsa-Família naquele município, o receio de perda do benefício, tal qual demonstrado por Rego e Pinzazi (2014), ocasionava constrangimentos entre os entrevistados em momentos em que solicitávamos informações mais detalhadas acerca da renda e até mesmo notávamos certo receio em relação ao fornecimento de informações sobre as vidas profissionais dos entrevistados¹¹.

¹¹ Na pesquisa de campo realizada em julho de 2012, a presença das pesquisadoras em Jaicós/PI ocasionou “murmúrios” sobre a possibilidade de se tratar de possíveis “fiscais” do governo federal.

O acesso ao Seguro-Desemprego, por sua vez, era garantido até meados de 2014 com o cumprimento das determinações conferidas pela legislação trabalhista. Os trabalhadores rurais migrantes, na maior parte das vezes, obtinham o seguro-desemprego comprovando vínculo empregatício nos últimos 36 meses, sendo o número de parcelas determinado pela quantidade de meses acumulados de contribuição.

Entre os trabalhadores migrantes de Jaicós foi possível comprovar o recebimento de 3 ou 5 parcelas a cada duas safras. As potencialidades geradas pelo acesso ao benefício ocasionavam a tentativa de “dobrar a safra” em Matão, ou seja, a preferência pela permanência no mercado de trabalho formal citrícola no interior paulista. A estratégia mais adotada era a combinação da demissão sem justa causa pela Citrosuco com a admissão na empresa terceirizada Terral Agricultura e Pecuária.

Desde 2009, em pesquisa realizada com trabalhadores rurais migrantes na cidade de São Carlos (MACIEL, 2013), o seguro-desemprego já havia sido apontado como estratégia de sobrevivência durante os meses da entressafra, mas, sobretudo, como possibilidade única de “descanso” e “lazer”, o que incluía visitar a família no Nordeste e passar alguns meses com ela, antes do início de uma nova safra. No entanto, foi a partir do trabalho com os moradores de Jaicós que vinham para Matão para realizarem a safra da laranja que constatamos o seguro-desemprego como estratégia de acúmulo de rendimentos, bem como de obtenção de novas mercadorias ou bens nas comunidades rurais e bairros rurais estudados. Podemos elucidar essas reflexões a partir do relato abaixo:

Entrevistadoras: E vocês conseguiram juntar dinheiro durante a safra?

Ana: conseguimos comprar várias coisas: televisão, parabólica, geladeira, tanque de lava roupa; comprei tudo a vista com o dinheiro do acerto e seguro. E aí, quando caiu a última parcela do seguro, nós “vulp” para cá [referência à

Matão]. A derradeira parcela a gente sempre pega aqui. Às vezes ele [referência ao marido] diz: “ai meu Deus, se eu fosse mais novo eu já teria uma casa aqui”. Mas tem aposentado que não vem para cá para cuidar dos netos lá” [entrevista realizada no mês de abril de 2013, em Matão/SP].

Sincronicamente, notamos a ponderação acerca do seguro-desemprego como objetivo do deslocamento populacional, mas também como mediador dos direitos sociais e trabalhistas dessa população:

Entrevistadora: E como e quando foi que você começou a vir para Matão?

Ana: Foi de 2007 que eu comecei a vir para cá; eu não perdi um ano. O meu irmão veio para Matão. Ele completou dezoito anos no caminho, era o sonho dele colher a safra. A gente ouvia falar, mas não conhecia. Aí meu irmão trabalhava na Cambuy e colhia por dia até 16 sacolão. Por quinzena, eu cheguei a trocar cheque dele de até 1.700. Ele era um dos melhores colhedores. Ele ganhava muito dinheiro nessa época. Aí, um dia, ele ligou para mim e disse: Ana, você não quer vir para Matão? Trabalhar na laranja para **pegar seguro-desemprego? E minha mãe já tinha trabalhado em São Paulo e pego seguro-desemprego, e ela fala muito que o seguro era muito bom, que era uma das coisas mais boas; aí meu sonho era pegar esse seguro.** Aí meu irmão ajudou a gente nessa época. Nem minha mãe, nem meu pai estava aqui (grifos nossos) [entrevista realizada no mês de abril de 2013, em Matão/SP].

Em outro momento da entrevista, Ana reforça a importância desse dinheiro auferido para a compra de bens de consumo, reformas de infraestrutura e dos domicílios nas comunidades rurais para o desencadeamento e a intensificação dos processos migratórios laborais:

Ana: E aí, minha amiga, a primeira safra - eu dizia aqui eu não vou mais, porque nem dinheiro para comer estamos fazendo. Eu sei que o primeiro mês nos desanimou e fomos trabalhando. Aí pensava: “ai meus Deus, aqui tem trabalho, eu acho que nunca mais volto para o Piauí”. Aí eu cheguei lá, peguei acerto, seguro, e aí já fui comprando coisa; aí eu pensei “ai meu Deus, eu vou é voltar. Eu vou ter que trabalhar de novo na laranja. Eu sei que se tenho alguma coisa é da laranja. E tenho raiva de quem fala da laranja, pois se não fosse a laranja, o Piauí não teria um calçado para calçar, porque lá na nossa terra não corre dinheiro. Não tem ganho [entrevista realizada no mês de abril de 2013, em Matão/SP].

O cenário encontrado por essa pesquisa é semelhante ao descrito por Frazão-Filho (2009) ao estudar a ligação entre o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) e a migração temporária para o corte de cana-de-açúcar em Franciscópolis/PI. O autor conclui que tanto a migração temporária quanto o PRONAF eram empregados de forma articulada como estratégias de sobrevivência pela população de trabalhadores rurais.

Sincronicamente a Frazão-Filho (2009) e a Rego e Pinzani (2014), captamos que tais articulações proporcionam a sobrevivência frente às condições de miserabilidade e pobreza. Em nosso caso, o Programa Bolsa Família e o seguro-desemprego garantem e criam, sobretudo, condições para a partida concatenada à permanência. Simultaneamente, o Bolsa-família em conjunto ao seguro-desemprego ao contribuírem para o condicionamento dessa população à sociedade do consumo, ocasionam a criação de novas espacialidades graças ao dinheiro auferido nas safras em São Paulo, considerando que a maior parte dos investimentos, principalmente, em terras e casa, continua sendo realizada nas comunidades rurais consideradas de “origem”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ABERTURA DE UMA AGENDA DE PESQUISA

O assalariamento no mercado de trabalho formal associado, majoritariamente, ao trabalho na colheita da laranja em Matão, na época da pesquisa, potencializava a obtenção do seguro-desemprego. Esse benefício social se configurou como uma das motivações para a migração temporária dos trabalhadores rurais, e viabilizava, em conjunto com o “acerto”, o “fundo de garantia” e as remessas enviadas, o fortalecimento dos marcadores sociais (SILVA, 2008b) no local de destino.

Esta proposta de trabalho almejou incitar reflexões acerca do seguro-desemprego e do Programa Bolsa Família como componentes importantes das estratégias de reprodução e de produção social desses trabalhadores entre os diferentes territórios da migração interna, considerando que a articulação entre trabalho rural e benefícios sociais garantia para a população estudada a sobrevivência de suas famílias tanto no semiárido piauiense, quanto nas periferias urbanas das cidades do interior de São Paulo. Esse dado, para nós, reforça a hipótese da necessidade de um olhar mais atento para as novas dinâmicas migratórias internas no Brasil contemporâneo, dada a articulação de diferentes metodologias, bancos de dados e aporte teórico afinados com a complexa realidade social a ser descrita e interpretada. Certamente, as estadas “permanentemente” temporárias dos trabalhadores rurais de Jaicós em Matão alteram o cenário econômico, político e social de ambos os municípios e suas regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. Região Administrativa Central: Região de Governo de Araraquara e Região de Governo de São Carlos. *Textos NEPO 31: Migração em São Paulo 7*, Campinas, Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 1995.
- _____. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teórico-metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011, p. 71-94.
- _____. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População –Nepo/Unicamp, 2012.
- BARONE, L. Emprego público e política: uma radiografia da gestão 2005/2008 nos municípios brasileiros. In: *III Congresso Consad de Gestão Pública*, Brasília, 2010.
- BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983 [1976], p. 82-121.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas: UNICAMP, 1986.
- CURRALERO, C. R. B. O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: uma análise a partir do Programa Bolsa Família. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 2012.
- ELIAS, D. *Globalização e Agricultura*. São Paulo: EdUSP, 2003.
- _____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, Novembro, 2011, p. 153-167.

FERREIRA, M. I. C. Programa Bolsa Família e sistema de proteção social no País. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 17, n. 1, abr/jun, 2007, p. 707-719.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. El modelo agribusiness y sus traducciones territoriales. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ (coord). *El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Editora Biblos, 2013, p. 49-66.

HAKKERT, Ralph. Fontes de Dados Demográficos. *Textos Didáticos Nº 3*. ABEP. Belo Horizonte, 1996.

MACIEL, L. M. *O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração rural-urbana para o interior de São Paulo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

_____. Entre o rural e o urbano: processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto e Médio Canindé piauiense para a Região Central do Estado de São Paulo. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unicamp, Campinas, 2016.

MACIEL, L.M.; BAENINGER, R. Assalariamento rural no interior de São Paulo: um estudo sobre migrações e identidade. *Anais do 35º Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Caxambu, 2011. n. p.

MELLO, M. C. D. *O “bóia-fria”: acumulação e miséria*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1976.

MENEZES, M. A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: De Godoi, E. P.; Menezes, M. A.; Marin, R. A. (orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Vol II - Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 269-288.

_____. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (orgs.) *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 21-402.

- PEREIRA, G. G. Entre o partir e o chegar: Os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2015.
- QUEIROZ, S. N. et al. Análise da Evolução dos Programas Federais de Transferência de Renda (PBF e PBC) no Brasil e Estados do Nordeste – 2004 – 2009. *SER Social*, Brasília, v. 12, n. 27, p. 33-62, jul./dez. 2010.
- REGO, W. K.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- SÁNCHEZ, L. R. Las trayectorias en los estudios de migración: una herramienta para el análisis longitudinal cualitativo. In: ARIZA, Mariana; VELASCO, Laura (orgs). *Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional*. Instituto de Investigaciones Sociales de La Universidad Nacional Autónoma de México y El Colegio de La Frontera Norte, Cidade do México, 2012, p. 455-496.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1988].
- SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998 [1994].
- SILVA, J. P. Reconhecimento, Redistribuição e as Ambivalências do Discurso sobre o Bolsa Família. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo (RS), Unisinos v. 45, n. 3, set/dez 2009, p. 196-205.
- _____. Da Bolsa-Família à renda básica: limites e possibilidades de uma transição. *Revista Idéias*, Campinas (SP), Nova Série, n. 3, 2º Semestre/2011, p. 43-60.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP. 1999.
- _____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo.

Cadernos CERU (Versão Online), Vol. 19, n. 1, 2008a. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11851/13628>. Acesso em: Maio/2011>.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. *Anais da 26ª Região Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro: ABA, 2008b, p. 1-17.

_____; MELO, B. Vidas em trânsito: mulheres migrantes dos cocais maranhenses nas cidades canavieiras paulistas. *Revista Tópos, Presidente Prudente*, vol. 6, n.1, FCT-Unesp, 2012, p. 1-31.

_____; VERÇOSA, L. V. Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: “A permanência do intolerável”. *Cadernos Conflitos do Campo no Brasil*. Brasília, Comissão Pastoral da Terra, 2011, p. 90-101.

SILVA, M. L. A inserção internacional das grandes empresas nacionais. In: LAPLANE, M; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (orgs). *Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil*. Coleção Economia Contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 105-163.

SILVA, V. F. S. Migração e redes sociais: Trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

STOLCKE, V. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital*. (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Studio Nobel, 2012 [2001].

WANDERLEY, M. N. B. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GIOVANA GONÇALVES PEREIRA – Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Demografia, integrante do Observatório das Migrações em São Paulo. <giovana.ggp@gmail.com>
ROSANA BAENINGER – Professora Livre-Docente no Departamento de Demografia e no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó- Universidade Estadual de Campinas e coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. <baeninger@nepo.unicamp.br>